

Modernidade, gênero e religião: a maternidade no meio rural em discussão

Carolina Teles Lemos*

RESUMO

A concepção da maternidade, pela forma em que foi construída em nossa cultura ocidental, vem marcada por uma compreensão de relações de gênero organizada de forma hierárquica, na qual a desvantagem geralmente está do lado da mulher. Uma forma de legitimar e sustentar essa desigualdade é camuflá-la, e a concepção tradicional da maternidade como sagrada é um dos métodos mais eficazes nessa camuflagem. No caso do meio rural, há uma retroalimentação entre as concepções de maternidade sagrada e da terra-mãe-sagrada. Essa retroalimentação tanto pode perpetuar a camuflagem das desigualdades de gênero e a destruição da natureza, como pode abrir caminhos para a construção de relações mais igualitárias, tanto entre homens e mulheres, como entre seres humanos e a natureza.

Palavras-chave: religião, gênero, maternidade, ecologia.

ABSTRACT

The notion of motherhood, the way it has been constructed in our western culture, is marked by a comprehension of gender relations organized in a hierarchical way, where the woman is usually at a disadvantage. A way of legitimating and supporting such an inequality is to disguise it, and the traditional conception of motherhood as sacred is one of the most efficient ways to do so. In the rural

environment, there is a retroalimantation between the notion of sacred motherhood and the notion of the sacred Mother Earth. Such a retroalimantation can just as well perpetuate the covering-up of gender inequalities and the destruction of nature as it can open up new horizons to build more egalitarian relations not only between men and women but also between human beings and nature. The present text aims to contribute towards the construction of new relations of gender and with ecology

Keywords: religion, gender, motherhood, ecology.

Mérito ou demérito da modernidade, uma das tarefas que ela desempenhou foi a recuperação do significado da pessoa humana enquanto tal, relativizando assim o peso da função social que ela desempenha na sociedade. A modernidade também não se comprometeu tanto com as grandes verdades que dessem conta de toda realidade social. Esse fator permitiu a colocação em cena de temas, como por exemplo a categoria gênero, consideradas até então apenas como apêndices das grandes questões sociais politicamente consideráveis.

No entanto, mesmo em tempos modernos, algumas matrizes culturais religiosas tradicionais permanecem definindo as relações sociais. É o caso da compreensão, presente na cultura rural, da mulher como mãe e da maternidade como sagrada. Como uma espécie de extensão ou em profunda interação com essa perspectiva, está a concepção da terra como mãe e sagrada. A insistência da permanência desse traço traz conseqüências tanto para as relações de gênero, como para a interação das pessoas com outras questões fundamentais para a sobrevivência humana, como por exemplo a ecologia.

O meio rural que estamos analisando é um acampamento de Sem Terras, organizado por um ativo movimento social, o Movimento Sem Terra (MST). No referido movimento há vários espaços de discussões sobre as relações de gênero e sobre

* É doutora em Ciências da Religião e professora no Mestrado em Ciências da Religião na Universidade Católica de Goiânia.

ecologia. O material de campo coletado no acampamento, e que vai ser analisado no presente texto, não trata em primeiro plano da concepção de maternidade e nem de ecologia, mas da concepção da terra como mãe e sagrada. É a partir dessa afirmação e caracterização, que vamos inferir qual é a concepção de maternidade e de ecologia e como elas se retroalimentam, trazendo assim conseqüências tanto para as relações de gênero, como para os cuidados com a ecologia.

Em trabalhos anteriores¹ reivindicávamos a necessidade de modelos sagrados femininos para que a mulher pudesse elevar sua autoestima e sentir-se especial, com possibilidades também de ter acesso ao sagrado, sem necessidade da intermediação masculina. No caso do material deste texto, a mãe aparece como sagrada. Como problematizar isso? Esta é a tarefa que nos propomos realizar neste momento. Vamos lá.

Modernidade

Há inúmeras discussões sobre quando começou a modernidade, se estamos vivendo os tempos modernos ou pós-modernos, onde terminaria um e começaria o outro, que traços ou elementos pertenceriam a um ou ao outro. Não recuperaremos toda esta discussão por não caber nos limites deste trabalho, ou mesmo porque talvez não chegássemos a uma conclusão adequada e convincente, uma vez que o debate não está encerrado e as fronteiras entre um tempo e outro não são tão nítidas a ponto de se poder defini-las. Remeto a autores como Lyotard (2.000), Giddens (1991) e Bauman (1999), que abordam este debate. Apenas retomo dos referidos autores os elementos que poderão melhor contribuir para atingirmos os objetivos que nos propomos alcançar nesta reflexão. Independente do autor denominar o referido período como pós-modernidade, alta modernidade ou simplesmente modernidade, denominarei aqui sempre como modernidade.

Modernidade refere-se a um estilo, um costume de vida ou organização social que emergiu na Europa a partir do séc. XVII e que depois se tornou mais ou menos mundial em sua influência. Uma das principais características da modernidade é a crise de conceitos como razão, sujeito, totalidade, verdade e progresso.

A modernidade é caracterizada por uma evaporação da grande narrativa, do enredo dominante segundo o qual somos inseridos na história como seres, tendo um passado definitivo e um futuro predizível. A evaporação desta grande narrativa se dá em favor de uma pluralidade de reivindicações heterogêneas de conhecimentos, na qual a ciência não tem um lugar privilegiado.

Modernidade é tempo de pluralismos e diversidades. Para entendê-la, é necessário capturar as descontinuidades do desenvolvimento social e entender que a história humana não tem forma homogênea de desenvolvimento. As descontinuidades na sociedade moderna podem ser observadas a partir das seguintes constatações: as instituições sociais modernas são, sob alguns aspectos, únicas, diferentes de todos os tipos de ordem social tradicional; outra marca é o intenso ritmo das mudanças; e, ainda, o escopo das mudanças em alguns países, com ondas de transformação social em toda superfície da terra.

As descontinuidades presentes na sociedade moderna incidem tanto sobre o plano extensional: as transformações envolvidas na modernidade serviram para estabelecer formas de conexão social que cobrem o globo; quanto em termos intensionais: as transformações sociais modernas vieram a alterar algumas das mais íntimas e pessoais características de nossa existência (cf. Giddens, 1991, p. 22-24).

A modernidade traz consigo mudanças na concepção do que seja a própria ciência, pondo assim em crise a noção de ordem, colocando em cena uma rediscussão da noção de desordem, uma vez que não temos mais a crença em um meta discurso que se prenda à síntese do significante, do significado e da própria significação. A desorganização, expressa na

1. Lemos, Carolina Teles.

sensação de que não se pode obter conhecimento sistemático sobre a ordem social, resulta de termos sido apanhados num universo de eventos que parecem estar fora de nosso controle (cf. Lyotard, 2000, p. 3-5; 69-71 e Giddens, 1991, p. 11-16).

Aliás, há quem afirme que a principal característica dos tempos modernos é a de ser uma guerra particularmente dolorosa e implacável contra a ambivalência e a favor da “restituição” da ordem. Como a ambivalência gera ansiedade e indecisão, é experienciada como desordem. Há a necessidade premente de tudo ordenar e classificar, para que as coisas e eventos se tornem compreensíveis e aceitáveis. Por este motivo, a modernidade se impôs a tarefa de tudo classificar (cf. Bauman, 1999, p. 9), ou seja, a modernidade é tempo de luta por uma diversidade ordenada.

Este esboço de caracterização da modernidade nos permite situar a construção e manutenção da concepção da maternidade com a qual nos deparamos hoje. Ou seja, se a maternidade como a vivenciamos hoje está na berlinda como tema de debates e discussões por parecer inadequada aos tempos modernos, porque permanece com tais características? Há alguma relação entre a concepção de maternidade atual e a luta por uma diversidade ordenada? Até que ponto se rompeu a lógica da concepção mítico-religiosa da maternidade na modernidade? Ou até que ponto ela se reproduz na modernidade? Ou ainda, será a maternidade uma espécie de “elo” que borra as fronteiras entre o moderno e o tradicional?

Penso que podemos entender a maternidade como uma das grandes narrativas que estava fornecendo a sensação de ordem, de mundo cotidiano dotado de significado, organizado e compreensível. A colocação em cena de debates sobre a categoria gênero trouxe consigo o “risco” de colocar em questão tal ordem. O medo do “caos” que seria o “mundo” sem a concepção tradicional da maternidade torna-a um espaço privilegiado de resistência à mudanças.

Como seria um “mundo” sem a “maternidade”? Se, como afirma Bauman (1999, p. 10), necessita-

mos da ordem para termos um mundo no qual a gente sabe como ir adiante, um mundo no qual sabemos como calcular a probabilidade de um evento dar certo e como aumentar ou diminuir tal probabilidade; um mundo no qual as ligações entre certas situações e a eficiência de certas ações permanecem no geral constantes, de forma que podemos nos basear em sucessos passados como guias para outros futuros, uma mudança substancial na concepção da maternidade seria com certeza um fator de desordem e de medo.

Com a finalidade de aprofundar nossa análise, vamos reconstruir brevemente como se gerou e mantém a concepção mítico-religiosa da maternidade.

O processo de construção da maternidade

Os ditos populares sempre nos dão uma espécie de síntese da concepção presente no senso comum sobre determinado tema. No caso da maternidade, os ditos: “ser mãe é padecer no paraíso” e “coração de mãe sempre cabe mais um” são emblemáticos.

A construção da “maternidade”, como hoje é percebida por grande parte da sociedade, vem de longa data e percorreu muitos caminhos. É como falávamos recentemente com algumas pessoas: se desempenhar o papel da maternidade fosse algo fácil e gratificante, como normalmente se é afirmado, não necessitaria de tanto trabalho e de tantos discursos para legitimá-lo.

Parece-me que a lógica da construção da maternidade tem um objetivo bem claro: domesticar a mulher a partir de um dado biológico que poderia lhe ser favorável, o de gerar vida. No dizer de Simone de Beauvoir (1980), se foi como mãe que a mulher tornou-se ameaçadora; é na maternidade que ela deve ser transfigurada, domesticada. E a história de nossa cultura tem sido uma luta constante para concretizar tal tarefa.

Stevens (2004) faz uma retomada histórica sobre o papel da filosofia na construção da concepção da maternidade. Afirma que já no século XVII o filósofo inglês Thomas Hobbes dizia que

apenas por um acordo arbitrário entre o homem e a mulher, o matrimônio, a mulher poderia transferir para o homem sua autoridade sobre o filho, sendo o homem apenas teoricamente identificado como pai.

Apesar de não se conhecer quando a espécie humana descobriu o papel do homem na procriação, foi essa consciência que fez surgir no homem a necessidade de controlar a fecundidade da mulher. E, sobretudo, controlar a legitimidade do 'produto final', que seria o herdeiro da terra, também esta já tornada propriedade do homem. A ansiedade provocada pela incerteza da paternidade deu origem a inúmeras estratégias formuladas para minimizá-la. Para Rosseau, o homem deve ser capaz de controlar a conduta de sua esposa, porque é importante para ele assegurar-se que suas crianças, as quais ele é obrigado a reconhecer e manter, pertençam a ninguém mais senão a ele.

O filósofo e historiador escocês David Hume também reconhecia este aspecto problemático da identificação da paternidade e entendia que o contrato de casamento não bastaria para garantir a paternidade real. Hume explica que se torna então necessário, não com base na justiça, mas na utilidade dessa necessidade, desenvolver na mulher não apenas o desejo de ter filhos, mas ao mesmo tempo também tornar o sexo algo repulso para elas.

Além dos pensadores brevemente mencionados acima, muitos outros se dedicaram a essa 'Cruzada' para a construção da imagem da esposa/mãe virtuosa, num articulado reforço do culto mariano introduzido pelo cristianismo; dentre esses, Stevens (2004) salienta as idéias de Hegel, Kant, Kierkegaard, Schopenhauer e Emerson. Até mesmo a teoria científica de Darwin, que provocou uma salutar minimização da tradição bíblica, utiliza argumentação científica para dar suporte à noção de inferioridade da fêmea como consequência de sua capacidade reprodutora.

Uma das grandes fontes de geração e manutenção do mito da maternidade veio da psicologia. Segundo Stevens (2004, p. 18), ao estudar a

constituição feminina do inconsciente, o junguiano Erich Newmann apresenta as riquíssimas e variadas manifestações da "grande mãe" nas inúmeras culturas e períodos estudados.

Afirma Stevens que para Newmann o arquétipo da "magna mater" contém o aspecto gerador, protetor e positivo, juntamente com o devorador e negativo do nosso inconsciente. As cavernas, templos, abismos e túmulos habitam este fascinante estudo, também povoado pelas fontes, jardins, e lugares paradisíacos, pois "o Grande Feminino não só gera e orienta a vida, como também recebe de volta em seu útero de origem e de morte tudo aquilo que dele nasceu".

Na referida literatura deusas, fadas e mães altruístas convivem com as feiticeiras, espíritos femininos sinistros e madrastas malvadas. Tudo isso numa admirável galeria da História da Arte Antiga, organizada pelo vitorioso princípio espiritual que caracteriza o patriarcado.

Embora inteligentemente convincente, a teoria do Newmann nos mantém poderosas apenas no domínio do pré-simbólico, anterior à complexa condição psíquica do ego e da consciência especulativa.

Somente depois de termos apreendido toda a extensão das funções básicas do Feminino, a quem cabe "nutrir", dar calor, proteger, e amparar, sem mencionar as funções do dar vida e do parir, pode-se compreender por que é tão central o significado e o símbolo do Feminino, e por que o caráter de "grandeza" está, desde o início, ligado a ele. O Feminino parece ter essa "grandeza" porque aquilo que é contido, protegido e nutrido, que recebe calor e amparo, é sempre o pequenino, o desamparado e o dependente, completamente à mercê do Grande Feminino (Cf. Stevens, 2004, p. 23). A partir das afirmações de Stevens, é possível percebermos como a característica da "grandiosidade" traz consigo uma enorme carga de responsabilidade para a figura materna, o que resulta em ambigüidades difíceis de serem "ordenadas" por quem vivencia tal papel.

A sagrada mãe e a maternidade sagrada

Nosso rastrear sobre a construção da concepção da maternidade tal qual a vivenciamos hoje, ficaria absolutamente incompleto se não considerássemos um dos principais artificios utilizados pela cultura nessa construção. Refiro-me à relação permanentemente construída e reconstruída entre a maternidade e o sagrado.

Afirma Durkheim que a função do sagrado é gerar o poder e este é criado pela força que mantém a divisão entre sagrado e profano; a idéia de poder não surge sem as idéias de ascendência, controle e dominação e seus corolários, a dependência e a subordinação. É a sociedade que gera o poder (cf. Durkheim, apud Erickson, 1996, p. 50).

Se é assim, então se torna interessante o fato de que na trilha do judeu-cristianismo, mais especificamente do catolicismo, o sagrado da maternidade não confere o poder que o sagrado da paternidade confere. Ou seja, a maternidade só é considerada sagrada porque possibilitou a hierofania, a revelação de Deus, que é pai ou filho, portanto, masculino.

Na tradição cristã, mais especificamente na católica, Maria, mãe de Jesus é uma criatura considerada privilegiada. Pois, Deus quis fazer-se homem e a escolheu para sua mãe, cumulando-a de todos os dons e virtudes, a fim de preparar sua morada em seu seio virginal. Essa concepção traz consigo paradoxos impossíveis de serem resolvidos, considerando que os tais dons e virtudes estão quase sempre relacionados com a restrição da sexualidade e da autonomia das mulheres.

Segundo Mol (apud Erickson, 1996, p. 28), a religião é a sacralização da identidade. Ela define o ser humano e seu espaço no universo. Ao estabelecer este espaço, a religião considera necessário controlar, ou pelo menos conduzir todas as identidades socialmente concebidas, em seu esforço de manter a ordem social. A partir dessa afirmação, é possível compreender porque a tradição cristã, mais especificamente o catolicismo, busca manter a figura de Maria como modelo de mãe permanentemente em cena.

Ao desempenhar esse papel, Maria permite que a mulher, antes condenada por seu pecado, na pessoa de Eva, seja resgatada:

porque estava escolhida para ser Mãe de Deus, foi preservada do pecado original com o qual todos nascemos, herdado de nossos primeiros pais. Ela a Imaculada Conceição. Assim Pio IX define este dogma: proclamamos e definimos que a doutrina que afirma que a Santíssima Virgem Maria foi preservada, imune a toda mancha de culpa original no primeiro instante da sua concepção por graça singular e privilégio de Deus Onipotente, em atenção aos méritos de Cristo Jesus Salvador do gênero humano, é revelada por Deus e deve ser portanto acreditada firme e constantemente por todos os fiéis².

Neste caso, faz sentido a afirmação de Erickson (1996) de que a religião sempre surge para modificar ou estabilizar as diferenciações que foi incapaz de evitar. Mas, para que uma identidade seja sacralizada, uma identidade anterior precisa ser dessacralizada. A identidade que foi dessacralizada foi a de Eva, juntamente com todo seu potencial de resistência à dominação masculina.

Além de estar articulada a uma concepção negativa e desqualificadora da mulher, a maternidade de Maria não a coloca em um lugar de destaque, uma vez que divina mesmo ela não é, mas apenas um meio para que o Divino se manifeste:

Com razão, o profundo sentido de piedade popular dirige-lhe o louvor: mais que tu, só Deus! Suas relações especiais com a Santíssima Trindade fazem com que a louvemos como Filha de Deus Pai, Mãe de Deus Filho e Esposa do Espírito Santo de Deus (...) O privilégio fundamental, que está no centro de todos os outros e dá a razão deles, é a maternidade divina. Maria Santíssima é verdadeiramente Mãe de Deus, porque gerou e deu à luz Cristo Jesus, que é verdadeiro Deus e verdadeiro Homem³.

2. Os textos transcritos no item que se refere à Maria foram todos extraídos de um texto, sem designação do nome do/a autor/a, que circula pela internet, site www.religiaocatolica.com.br/conteudo/maria.html. Acesso em 27 mai. 2004. Transcrevi-os porque considero que de uma forma ou de outra, essas idéias estão povoando a concepção católica da maternidade, tanto nos meios eclesiais como nos meios populares. No referido site, encontra-se uma revista eletrônica intitulada Maria, cujo conteúdo estão na mesma linha dos aqui citados.
3. Texto de autor/a desconhecido/a, transcrito do site www.religiaocatolica.com.br/conteudo/maria.html. Acesso em: 27 mai. 2004, já mencionado anteriormente.

No entanto, a qualidade de sagrada foi brevemente incorporada à maternidade cotidiana. Porém, este sagrado não conferiu honras às portadoras de tão importante título, somente serviços e abnegações, conforme sugere o modelo de Maria: “Maria é a mãe de todos aqueles que lhe estão próximos e mesmo dos mais distantes pois não há relatos de que Maria tenha se afastado ou excluído de seu convívio qualquer daqueles que, mesmo em momentos críticos, abandonaram seu divino filho”⁴.

Dessa forma, se solidifica a dessacralização da identidade de Eva em favor da sacralização da identidade de Maria, tendo como centro a “santidade” de sua maternidade, ocorrendo então o que afirma Mol:

posteriormente o processo de sacralização chega ao fim e começa a cimentar o fundamento da identidade de modo a proteger sua criação da infinita adaptabilidade de sistemas simbólicos e de uma mudança de significado ou de definição da realidade. A sacralização modifica, obstrui ou, se necessário, legitima a mudança (cf. Mol, apud Erickson, 1996, p. 28).

E isto é compreensível, pois se a maternidade sagrada veio para santificar a mulher perdida, o caminho para a santificação só poderá ser construído pelo sofrimento e da contínua doação:

Embora esse privilégio se refira diretamente à inexistência nela do pecado original, há de se entender ao mesmo tempo que Deus a santificou com tal abundância de graças que a colocam acima de todos os Anjos e de todos os Santos. Ela é a Rainha de todos os Santos porque a medida da Sua santidade é o privilégio maior que Deus concedeu a uma criatura: ser Sua Mãe⁵.

Tentando colocar em questão esta perspectiva de embasar a concepção da maternidade na tradi-

ção vinda do judeu-cristianismo, que sacraliza a maternidade segundo o modelo de Maria e des-sacraliza a identidade feminina embasada no modelo de Eva, Penchi (2004, p. 2) traz presente outras tradições religiosas.

Segundo o referido autor, no caso de Shakti, divindade hindu, o antagonismo entre os dois modelos de mulher não se faz presente:

enquanto no ocidente o princípio feminino dividiu-se entre a fêmea orgulhosa, corruptora e geradora do pecado original, Eva, e a virgem imaculada, mãe misericordiosa, Maria, encontramos entre os hindus a deusa Shakti, fusão das imagens de Eva e Maria e representação da maternidade e da energia primordial geradora da vida.

No entanto, apesar do esforço do referido autor em dar ênfase positiva à maternidade, colocando-a na perspectiva de outra entidade sagrada, o sucesso obtido foi mínimo, uma vez que a concepção da maternidade e o lugar social em que coloca a mulher permanece intocado. Conforme afirma o mesmo autor, seu informante lembra a visão hinduísta de que toda mulher é, para sua família, seu marido, seus filhos, uma manifestação de Shakti. Ou seja, é uma encarnação da deusa que põe em marcha o universo das formas, engendra a vida e em seguida se sacrifica, se devota, dá-se continuamente aos seus como alimento, assumindo seu destino de esposa e de mãe. Desta forma, assinala que:

sob essa ótica, em que a condição feminina é exaltada, valorizada ao máximo, a mulher não tem absolutamente a impressão de exercer um papel subalterno, assumindo tarefas que o Ocidente despreza, mas que a Índia cerca de um respeito e veneração quase místicos. Neste aspecto, o estatuto da mulher no lar, como mãe de família, é investido de uma divindade, de uma grandeza que mal podemos imaginar (Cf. Penschi, 2004, p. 2).

Ao contrário do que pretendia o autor, comparar a concepção de Shakti, de Eva e de Maria e as conseqüências dessas concepções para a concepção de maternidade não representa grandes ganhos para as mulheres. Isto porque a grandeza

4. Texto de autor/a desconhecido/a, transcrito do site www.religiaocatomica.com.br/conteudo/maria.html. Acesso em: 27 mai. 2004, já mencionado anteriormente.

5. Texto de autor/a desconhecido/a, transcrito do site www.religiaocatomica.com.br/conteudo/maria.html. Acesso em 27 mai. 2004, já mencionado anteriormente.

da maternidade, segundo o modelo de Shakti, está em gerar vidas e se sacrificar por elas. Que diferença fundamental existe entre ela e Maria? Penso que o modelo de ambas apenas faz com que a mulher não tenha “absolutamente a impressão de exercer um papel subalterno, assumindo tarefas que o Ocidente despreza, mas que a Índia cerca de um respeito e veneração quase místicos”, ou seja, a camuflagem do lugar social destinado às mulheres mães. Aliás, se a Índia cerca tais tarefas de respeito e de veneração, porque os homens não as querem assumir também?

Mãe, eis aí seu “lugar”

Creio eu que raramente uma empreitada tenha conseguido tanto êxito na história quanto a empreendida para a construção do mito da maternidade. O resultado desse empreendimento são as complexas vivências da maternidade como a vemos e vivenciamos hoje. Segundo Plaza Pinto (2004), todas nós mulheres sabemos que ser mãe é a primeira e mais sólida opção de acesso à aceitabilidade que uma mulher pode ter. A obrigatoriedade simbólica da reprodução é a face mais perversa da opressão das mulheres. O cuidado das crianças se confunde com a geração das crianças, e a maternidade se torna a instituição que mais oprime as mulheres. Devemos ser mães, e boas mães, seja lá o que isso for. O mito da mãe feliz, realizada e completa pela relação com as crianças, é dolorosamente oprimente e interfere diretamente nas decisões das mulheres sobre ter ou não ter filhas/os.

Dizer não à obrigatoriedade da maternidade é muito difícil:

pois o mito da mãe abnegadamente feliz paira sobre nossas cabeças e nossas práticas. Estamos sempre lutando pelo atendimento humanizado ao aborto inseguro e pelo fim da mortalidade materna, mas não há nada mais mítico, e simbolicamente positivo, do que a figura da mãe que morre, passa fome, adocece, sofre e se pune pela o filho/o (cf. Plaza Pinto, 2004, p. 2).

E continua a autora afirmando que o sacrifício é o mote da maternidade, e ele é recompensado pelo capital simbólico inesgotável: a matrona, com suas crias dependentes e felizes. Este ainda é um modelo aceito e valorizado de amor e afeto desinteressado.

Há um espaço em que a concepção atual da maternidade pode ser percebida de forma privilegiada. Refiro-me à literatura, mais particularmente à poesia. Segundo Lopes (2004), é importante destacar que a maioria da poesia brasileira pesquisada, notadamente a de autoria masculina, que se ocupa do amor materno, constrói um discurso de representação ideológica, mostrando uma figura de mãe doadora, generosa, bondosa, nutriz. Trata-se da figura da mãe ideal que garantirá filhos moralmente perfeitos e, conseqüentemente, um mundo moralmente desejável.

Afirma a referida autora que, apesar da argumentação de Banditer de que o amor materno foi “implantado” nas mulheres, a maternidade ainda é um tema sagrado. Continua sendo difícil questionar o amor materno, e a mãe permanece, em nosso inconsciente coletivo, identificada a Maria, símbolo do indefectível amor oblativo. São inumeráveis os poemas sobre Maria, enquanto modelo para todas as mães e como a mãe das mães, percorrendo os diversos períodos literários em ambas as vozes masculina e feminina. O poema “Natal”, de Olavo Bilac, descreve todos os elementos do cenário como a lua, o pão, o armento, o teto, as árvores, a água, a palha, enaltecendo o nascimento de Cristo e profetizando seu futuro de glórias. Somente Maria “como escrava, em lágrimas desfeita/ sendo pobre, temia; e sendo mãe, chorava” (Bilac, 1957 apud Lopes, 2004, p. 10).

Citamos aqui alguns trechos de poemas que, ao enaltecer a mãe, evidenciam a concepção ambígua da maternidade, ou seja, apresentam-na tão “sagrada” quanto sacrificável:

Da pátria formosa distante e saudoso / Chorando e gemendo meus cantos de dor, / Eu guardo no peito a imagem querida / Do mais verdadeiro, do mais santo amor:

“Minha mãe!” (Casimiro de Abreu, 1971, apud Lopes, 2004, p. 17). Por que Deus permite / Que as mães vão-se embora? / Mãe não tem limite, É tempo sem hora, / Luz que não apaga / Quando sopra o vento / E a chuva desaba, Mãe, na sua graça, / É eternidade (Carlos Drummond, 1969, apud Lopes, 2004, p. 18).

Nos trechos citados, temos a sacralização da imagem da mãe que protege, ama o filho sobre todas as coisas, aquela figura tão forte que não deveria morrer nunca, aquela que é a única que sabe agüentar a gente, para onde se quer fugir nas horas de aperto e desespero. Afirma Lopes que este discurso de mãe idealizada é freqüente e predominante na poesia de autoria masculina, mas não exclusivo dela, podendo aparecer também nas poesias de autoria feminina:

Atendendo percalços do destino, / Segue a mãe assim embalando o ser, / Cuidando de tudo com amplo tino, / Criando caminhos no árduo viver! / Conta com deveres e obrigações, / Mesclado a grande sonho ou quimera (...) / Toda desvelo e preocupação, / Com ânsia de tudo, tudo acertar, / Vive ela em ritmo de oração! (Edna Portela, 2000, apud Lopes, 2004, p. 22). Amor sublime, / Sorriso magnífico, / Inabalável vigor de abrigo, / Realidade mágica / De verdadeira força, / Da existência total(...) / Em pensamento e atos, / Eleva seu filho aos céus. Numa fonte inesgotável / De disposição infalível / Constante sabedoria divina / Que nunca enfraquecerá. / Misericordiosa rosa / Sem espinhos (Salete Brandã, 1999, apud Lopes, 2004, p. 17).

Concluindo seus questionamentos, afirma Lopes que a análise do discurso nos permite ver a grande força de consolidação do discurso sobre o mito do amor materno feita por meio da poesia. O discurso literário sempre foi utilizado, conscientemente ou não, para a transmissão dos mecanismos de controle do patriarcado, feitos por meio da maternidade e pelo mito do amor maternal.

Gênero e maternidade

Estamos virando a mesa lentamente, afirma Badinter (1985, p. 18). A prosa ficcional de au-

toria feminina já fez há décadas esta ruptura com o discurso tradicional sobre a maternidade. E os estudos sobre as relações sociais de gênero se multiplicam tanto na academia como nos movimentos populares.

São muitas as autoras que têm trabalhado gênero como categoria de análise sob diversas perspectivas⁶. Para fins de nossa análise, consideramos gênero como “um conjunto de arranjos através dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e na qual estas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas” (Rubin, 1993, p. 2 e 23); dessa forma, nem a anatomia nem a natureza explicam o domínio das mulheres pelos homens, mas essa dominação social reinterpreta, utiliza, atribui um sentido à diferença biológica, e em particular, à maternidade e à paternidade (Ferrand, 1987, p. 61).

É o fato de considerar a categoria gênero nas análises das relações sociais que permite uma reproposição da concepção da maternidade e da relação das próprias mulheres com esse papel social. A partir dessa concepção, podemos compreender falas como a de Plaza Pinto (2004), quando afirma que a maternidade deve ser voluntária, e para isso as mulheres devem ter acesso à informação, a métodos contraceptivos e, conseqüentemente, ao aborto seguro. Mas a própria autora afirma que garantir o direito de ter ou não ter filhos não é suficiente. É preciso defender e exercer o direito a modos diversos de se relacionar com filhos/as, se for essa a decisão, pois o que oprime a mulher não é apenas a obrigatoriedade da reprodução; o sacrifício e a dependência como modelos únicos para maternidade oprimem tanto quanto, e reforçam a opressão da reprodução obrigatória.

6. Não vou discutir exaustivamente aqui o debate sobre a categoria gênero, apenas indico algumas autoras que poderão nortear as buscas de quem estiver interessado no debate sobre o tema: Rubin (1993), Ferrand (1987), Scott (1991), Saffioti (1999), entre outras.

No entanto, uma nova percepção da maternidade e do papel que ela desempenha na sociedade, inclusive para as mulheres, não é facilmente assimilado. No caso da percepção dele na poesia, por exemplo, afirma Badinter (1985, p.18) que ele segue devagar, com discursos isolados, porque um discurso poético sobre a contingência do amor materno suscitaria uma grande angústia em todos nós. Não vende livros, não tem circulação. Gera uma incerteza insuportável que põe novamente em questão nosso conceito de natureza, ou nossa fé em Deus. Como pode o melhor dos mundos incluir, além do mal físico, moral e metafísico, a ausência possível do amor de mãe?

Penso que a letra da música "Ser Estranho", de Ghandula e Wagner Casabranca, pode traduzir um pouco do sentimento experienciado pelas mulheres quando se vêem frente a frente com a necessidade de enfrentar seus desencantos e dissabores que o papel tradicional da maternidade lhes coloca e se propõe uma reconstrução da mulher "apenas", sem depender da maternidade para se sentir gente:

Dentro de mim aparece às vezes / Uma mulher que me vive em segredo / Um ser estranho que até tenho medo / Que algum dia me expulse de mim.

É mais doída que a própria ferida / É mais calada que o próprio silêncio / E tem a idade em que nada é proibido / Vive comigo dentro de mim.

Corre para dentro de mim / Como se eu fosse uma espécie de abrigo / Fala comigo tal qual a um amigo / E me aconselha a fazer tudo aquilo que a coragem não deixa fazer. Quando eu não faço, ela faz / Quando eu não quero, ela é audaz / Quando se zanga, consegue o que quer / Às vezes me diz que não quer ser mulher / Mas sente falta de um homem qualquer. Essa mulher grita dentro de mim quando canto / Essa mulher ri do meu sofrimento, se amo / Essa mulher sai de dentro de mim / Quando sonho / Essa mulher morre dentro de mim / Quando grito / Essa mulher me dá sua mão / Quando sofro.

Ela é tão eu que às vezes não sei quem é ela / É tão só que às vezes não sei se sou eu / Ela é a vida é a morte é doída / É doída como um corte no fundo do meu coração. Dentro de mim aparece em segredo / Uma mulher que em mim vive às vezes / Um ser estranho que até tenho medo / Que algum dia me expulse de mim.

A letra dessa música me pareceu oportuna por evidenciar uma relação de fascínio e de medo de que a mulher ser humano, gente, pessoa, sem necessidade da dependência dos papéis sociais a ela imposto, se faça presente na vida cotidiana das mulheres e homens que somos. Chodorow (1978) afirma que a universalidade da maternação tem sido raramente analisada, precisamente por causa do caráter de universalidade com o qual esse processo foi investido. Segundo a referida autora, a reprodução da maternação no mundo contemporâneo se dá pelos processos psicológicos induzidos social e estruturalmente. Ela demonstra, dentro de uma perspectiva psicanalítica, como a capacidade e habilidade da mulher para a maternação, sua função inicial de "ego externo" da criança, de provedora total do universo externo, são bastante expandidas e fortemente internalizadas, e assim construídas no desenvolvimento da estrutura psíquica da mulher.

Na tentativa de gestar uma nova concepção da maternidade, ela propõe uma nova psicodinâmica, multiparental, para a família, na qual as crianças poderiam ser dependentes, desde o início, de pessoas de ambos os gêneros; assim, estabeleceriam uma noção individual do ego em relação a ambos.

Dessa forma, a masculinidade, não ficaria amarrada à negação de dependência e desvalorização da mulher. A personalidade feminina estaria menos preocupada com processos de individualização e crianças não desenvolveriam medos da onipotência materna, nem expectativas quanto às qualidades inigualáveis de sacrifício e abnegação das mulheres. Isto reduziria a necessidade do homem de defender sua masculinidade e controlar as esferas social e cultural que tratam e definem as mulheres como secundárias e impotentes, bem como ajudaria a mulher a desenvolver a autonomia que tem sido sacrificada por essa excessiva imersão em emoções e atividades relacionais (Cf. Chodorow, 1978 p. 218).

Maternidade: o nicho em que a tradição quer fazer sua morada – a terra mãe e a sagrada

Como afirmamos acima, a perspectiva de mudanças na concepção da maternidade é tão assus-

tadora para as mulheres quanto para os homens. A partir dela, ambos têm que recriar suas identidades e tal tarefa apresenta-se por demais desafiadora. É por este motivo que a maternidade permanece sendo um nicho em que a modernidade, que colocou em cena a categoria gênero, encontra um “espaço” refratário às suas proposições. Desta forma, a maternidade permanece sendo o lugar privilegiado em que as tradições das relações de parentesco se fazem mais facilmente perceptíveis (cf. Giddens, 1991, p. 95ss).

Isto porque:

detendo um lugar especial entre os costumes, convenções, idiosincrasias e estilos que são os pilares das culturas humanas, a tradição é comumente reservada aos costumes que possuem considerável profundidade no passado e uma aura de sagrado. A palavra tradição vem do verbo latino *tradere*, que significa entregar, transmitir, legar à geração seguinte.

Esse verbo passou a ser reservado para as coisas mais importantes, para os depósitos do passado que conservavam um valor incomum para o presente e, presumivelmente, para o futuro (cf. Himmelweit, 1996, p. 777). E, pelo que refletimos acima, uma das figuras mais carregadas de significados em nossa cultura atual é a maternidade.

Um dos espaços em que podemos perceber a permanência da concepção tradicional da maternidade é o Assentamento de Trabalhadores Rurais Sem Terra. Buscamos, para esta análise, as falas de alguns homens e mulheres do Acampamento Palmeiras e dos Assentamentos Dom Hélder Câmara, Chê e São Carlos, localizados no interior de Goiás, filiados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra⁷. Estamos cons-

cientes, no entanto, que essas falas poderiam ser encontradas em outros espaços do meio rural ou até mesmo urbano, visto que, pelas análises do material acima exposto, podemos perceber que essa concepção da maternidade não é parte de algum meio cultural em particular, mas faz parte do ethos cultural brasileiro.

Embora saibamos do risco que representa fazer generalizações apressadas, pensamos que as diferenças regionais ficam por conta dos detalhes, das nuances na forma de viver a maternidade, mas o cerne da concepção é bastante semelhante nas diferentes regiões do país. No entanto, como estamos em contato com esse meio cultural em particular, é aqui que vamos nos centrar em nossa análise. Por esse motivo, não nos debruçamos na tarefa de caracterizar o diferencial entre o que seja uma cultura rural e uma cultura urbana. Mesmo porque há uma constante interação entre as culturas desses dois espaços sociais. Vamos apenas destacar como a concepção tradicional da maternidade se faz presente naquele meio; como essa concepção migra para a concepção da terra, e apontar possíveis conseqüências dessa migração.

Um dos princípios a que o MST⁸ se propõe é a transformação da sociedade, buscando construir uma sociedade solidária, com justiça social, capaz de garantir vida digna a toda a população. Um dos caminhos apontados pelo próprio MST para atingir tais objetivos e ser fiel a seus princípios é acabar com a desigualdade nas relações de gênero: “entendemos que precisamos crescer como mulheres e homens novos, construindo novas relações econômicas, sociais, políticas e ambientais, baseadas em valores como respeito, companheirismo, solidariedade, justiça e amor”.

Em junho de 1996, o Coletivo Nacional de Gênero do MST lançou uma cartilha referente ao

7. Os dados analisados tanto do Acampamento Palmeiras como do Assentamento Dom Helder Câmara, foram obtidos por meio de entrevistas realizadas por Sérgio Sauer, em pesquisa de campo realizada por ocasião da elaboração de sua tese de Doutorado, defendida em 2002, no Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (UNB). Agradeço muitíssimo ao Sérgio pela gentileza de me conceder o referido material sem o qual seria impossível desenvolver esta análise.

8. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) se apresenta como um movimento de trabalhadores organizados, lutando pela Reforma Agrária e para transformar a sociedade e que conquistaram, pela sua opção de entrar na luta, uma identidade: sou Sem Terra. Todas as informações sobre o MST foram encontradas no site do próprio movimento: <http://www.mst.org.br>. Acesso em: 2 mai. 2004.

Encontro Nacional de Mulheres Militantes, no qual detectaram problemas e foram propostos alguns desafios para o ingresso do assunto gênero nas instâncias do MST. Criou-se então, algumas normas básicas que possibilitem maior participação das mulheres. Essas normas sugerem que o MST deve: estimular a participação da mulher em todos os níveis de atuação nas instâncias de poder e representatividade; combater todos os tipos de discriminação e lutar contra o machismo que impede a igualdade de direitos e condições; estimular comissões de mulheres nos acampamentos e assentamentos para discutir problemas específicos de gênero; estimular a participação do MST nos outros movimentos de mulheres.

Não obstante a presença dessa reflexão no MST, a concepção ambígua de maternidade como sagrada, por isso fortaleza e serviço, marcada por uma concepção desigual nas relações de gênero, aparece com clareza nas falas dos/as acampados/as e assentados entrevistados/as ao expressarem o significado que tem a terra para eles:

Eu, para mim, na minha terra... na terra, para mim, hoje ela, para mim, é uma mãe. Como diz o outro, tem a primeira mãe e a mãe terra que é, como diz o outro, hoje a gente considera a terra. Que ela me dá alimentação, ela me dá o, como diz o outro, o trabalho que é o local onde a gente trabalha, que é o trabalho que ela dá pra gente trabalhar dentro dela, o direito do trabalho e a garantia. E. B. L.⁹ (assentamento São Carlos).

A terra representa pra mim como uma mãe, porque sem terra... sem a terra não é capaz de nenhum ser humano sobreviver. A terra representa pra nós hoje tudo. Aqui a gente tem um ar livre, a gente planta, tudo que a gente planta a gente colhe e... G. C. G. (assentamento São Carlos).

A única mãe que protege a gente é a terra!... Porque ela ajuda em tudo, desde da água até o vento, que ele sae da terra! Suor da terra que você sabe faz falta no organismo. A gente lá na sociedade não sente falta, não! A terra é tudo, é tudo pra pessoa!... O. E. D. (Dom Helder).

9. Colocamos aqui, além do nome do acampamento e/ou assentamento, somente as iniciais dos nomes das pessoas entrevistadas como forma de preservar suas identidades e privacidades.

Há uma equivalência entre os elementos que interagem na concepção da terra: a maternidade e o sagrado. Ambos são sinônimos de grandiosidade, de fortaleza e, portanto, aptos a ser explorados, porque “podem” dar tudo o que precisamos.

A terra – pra quem tem amor nela – ela é uma coisa muito sagrada!... Porque da terra nós temos tudo, né? Tudo nos tiramos da terra. Né? o fruto, a comida... nos temos o gado! Graças à terra, nós temos.. cria o porco. Graças ao milho, colhido da terra... acho... sei lá! A terra, pra mim, significa tudo! É uma coisa muito sagrada; que Deus deixa pra nós! M. X. G. (assentamento Chê).

Porque... eu acho que a terra é sagrada porque Deus deixou a terra pra nós; pra nós trabalha, né? Por isso ela é sagrada! Porque se ela não fosse sagrada nem produzi ela não produzia, né? D. M. B. (assentamento Chê).

Ao analisar a construção das representações sociais sobre a maternidade a partir da concepção desta como sagrada, vejo que é a própria categoria do sagrado que é problemática como proposição à construção de relações mais igualitárias de gênero. Isto porque a ambigüidade é uma das características definidoras do sagrado: ele é algo que repele e que atrai, é grandioso e misterioso, atraente e inacessível. Desta forma, tanto se for o masculino (Deus pai, portanto também pai Deus) como o feminino (mãe sagrada), chama para idealizações, mitos distantes da realidade cotidiana, camufla as relações de poder presentes nas relações de gênero e nas concepções tanto da identidade masculina como da feminina em relação.

Qualquer um que se sacralize se coloca fora das realidades cotidianas (profanas). No entanto, as conseqüências dessa sacralização têm trazido até agora mais ganhos para o masculino sagrado, portanto, digno de respeito e poderoso, que para um feminino sagrado, portanto, passível de exploração, alguém inesgotável em sua capacidade de servir e de doar-se.

O próprio MST tem consciência das dificuldades de se ter avanços significativos nas relações de gênero: “Não se pode ter a ingenuidade de achar

que é fácil alterar as relações de gênero. É necessário todo um processo de transformação de concepção e de comportamento que pode ser muito demorado, especialmente no âmbito doméstico”¹⁰.

Afirma o MST que, entre as pessoas que vivem no campo as que mais sofrem as péssimas condições de vida são, sem dúvida, as mulheres e as crianças. As mulheres realizam uma dupla jornada de trabalho, dedicando-se às atividades domésticas e ao trabalho na produção. A maioria não recebe nada pelo seu trabalho, não participa das decisões da economia familiar. São as mulheres quem mais sofrem com a falta de atendimento para si e para seus filhos. Acrescido a isso, tem-se a atribuição generalizada de preconceitos e discriminações pela prática do machismo no meio rural, que submete a mulher a uma condição inferior.

A partir das análises acima desenvolvidas, podemos perceber que levar para as lutas ecológicas, no que tange ao significado da terra, a concepção tradicional da maternidade, ao invés de representar uma maior motivação para a luta, poderá ter efeito contrário. Ou seja, se mãe não é para ser cuidada e entre mães e os outros não se estabelecem relações de reciprocidade, terra mãe também não receberá de melhor tratamento do que o sugar de suas entranhas toda sua força e energia, como se faz com as mães humanas. O mesmo ocorre com a concepção tradicional de sagrado, colocado ao lado da concepção tradicional da maternidade: se a caracterização das mães humanas como sagrada não lhe conferiu poder equivalente à caracterização de sagrado à paternidade humana, e a terra é mãe sagrada e não pai sagrado, o respeito à terra como digna também não deve ser esperado.

Ecologia: espaço em que a tradição pode ser reinventada – a terra e suas relações de trocas com os humanos

Além das preocupações com a reconstrução das relações de gênero, há também no MST um

despertar para os cuidados com a ecologia. Segundo o referido Movimento, devemos prestar atenção nos seres humanos, mas também no meio em que estes vivem, procurando transformar ambos ao mesmo tempo. Isto porque, tanto o ser humano quanto a terra fazem parte do ambiente que precisa ser preservado e ao mesmo tempo transformado, servindo assim para o desenvolvimento da vida.

Como há também a preocupação com uma construção de relações de gênero mais igualitárias, abre-se com isso a possibilidade de uma nova concepção tanto da ecologia como da maternidade ou da mulher. Ou seja, em relação à ecologia faz-se necessário cuidar do meio ambiente não porque a terra é sagrada ou mãe, mas porque é um bem comum indispensável para a sobrevivência do gênero humano. Em relação à mulher, faz-se necessário entendê-la como sujeito autônomo, não porque ela é mãe, mas porque é um ser humano. Aliás, a reconstrução e os cuidados do próprio humano já fazem parte das preocupações ecológicas:

o assentamento é o renascimento da vida humana e da natureza. Por isso é fundamental estabelecer uma política de desenvolvimento econômico, social e humano, preservar o meio ambiente, recuperar as nascentes dos rios, reflorestar as áreas devastadas, evitar as queimadas, recolher o lixo, evitar o uso de venenos e adubos químicos, produzir frutas e flores de todas as espécies possíveis e preservar as aves e animais silvestres¹¹.

Este despertar pode contribuir para uma nova concepção da maternidade, abrindo espaço para que a mulher possa ser olhada para além de seu papel de mãe, como a mulher que é, como o ser humano que é, uma vez que, para o MST:

nosso relacionamento com o meio ambiente deve ter uma concepção sócio-ambiental, sendo o ser humano o centro da natureza e o principal elemento para a sua preservação

10. Dados obtidos no site <http://www.mst.org.br/mstsp/gen.html>. Acesso em: 2 mai. 2004.

11. Dados obtidos no site <http://www.mst.org.br/setores/meioambiente.html>. Acesso em 2 mai. 2004.

e uso. Devemos evitar práticas predatórias dos recursos naturais (terra, água, fauna e flora) e utilizar técnicas de conservação. Combater o uso de agrotóxicos que atentam contra a vida humana e os bens da natureza, desenvolvendo e aplicando métodos alternativos de produção e de controle de insetos e ervas daninhas¹².

A concepção da luta pela conservação do meio ambiente, marcada por uma compreensão da necessidade de relações de troca, aparece mais clara nas falas dos/as entrevistados/as, que no caso da terra sagrada e mãe:

Ah! Na minha terra eu quero que tenha uma parte de mata porque eu adoro muito o verde! Eu quero que tenha uma parte de mata e fica a outra parte só prá mim trabalhá! Nada de destruição da mata e nem dos rios! Nada! Preservá tudo! A. O. C. (Dom Helder).

Ah! A gente tem que trabalhar de cada modo; plantá o necessário para a sobrevivência da gente e cuidá de-rrietinho dela! O. J. O. (Dom Helder).

Pode ser que a repercussão da concepção da ecologia, permeada pela interação entre humanos e meio ambiente contribua para uma nova concepção da maternidade, abrindo espaço para que a mulher possa ser olhada para além de seu papel de mãe, como a mulher que é, o que parece já delineado no seguinte depoimento:

“podemos ver o desejo de mudança estampado nos rostos de mulheres que participaram dos encontros de mulheres assentadas. A partir desses encontros, observa-se que elas começaram a ver que têm um papel na sociedade não somente de reprodutoras de filhos, mas também reprodutoras de valores, e que podem, por intermédio da união, mostrar a sociedade que também são produtoras” (Elisabete Josefa de Melo)¹³.

Uma outra possibilidade é que, se as reflexões e projetos sobre ecologia avançarem significativamente, pode ser que puxem consigo a recons-

trução da concepção de maternidade e com ela a reconstrução de novas relações de gênero. Ou seja, a partir de um elemento estruturante e já também estruturado no seio da cultura atual, a maternidade, se consiga, em outro espaço que não o da maternidade humana, a reconstrução do significado desse mesmo elemento, sem perdê-lo. Neste caso, poderia ocorrer o que Hobsbawm (2002) denomina como tradições inventadas.

Segundo o referido autor, tradição inventada não se refere apenas às tradições realmente inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas. Refere-se também às que surgiram de maneira mais difícil de localizar num período limitado e determinado de tempo, às vezes coisa de poucos anos apenas, e se estabeleceram com enorme rapidez.

No caso da possibilidade de reconstrução da concepção da maternidade a partir da entrada em cena da categoria gênero e da concepção da ecologia como espaço de interação entre humanos e meio ambiente, características da cultura moderna, é possível sonhar que a reinvenção da tradição traga alguns ganhos para as relações de gênero.

Se a tradição reinventada é:

um conjunto de práticas normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado (Hobsbawm, 2002, p. 9),

e considerando a força simbólica da concepção tradicional da maternidade, não coloco como possibilidade a abolição da maternidade enquanto tal. Mas como “as tradições inventadas são reações a situações novas que, ou assumem a forma de referência a situações anteriores, ou estabelecem seu próprio passado através da repetição quase que obrigatória” (Hobsbawm, 2002, p.10), coloco como possibilidade a reinvenção da tradição da maternidade muito mais dialogal, à guisa

12. Dados obtidos no site <http://www.mst.org.br/setores/meioambiente.html>. Acesso em: 2 mai. 2004.

13. Dados obtidos no site <http://www.mst.org.br/mstsp/sngen.html>. Acesso em: 2 mai. 2004.

da proposição de Plaza Pinto (2004) que a maternidade pode e deve ser também um lugar de criação de relações igualitárias, de reinvenções de práticas de gênero no campo da reprodução e do cuidado, não apenas incluindo os homens no exercício do cuidado primário, mas sim, e talvez principalmente, reinventando as formas como nós mulheres nos relacionamos com nossas crianças. Afirma a autora que “é preciso rejeitar as recompensas simbólicas do sacrifício maternal, e aceitar que as/os filhas/os não nos pertencem, não são nossas âncoras afetivas ou nossas provas de boa conduta social” (cf. Plaza Pinto, 2004).

Segundo Hobsbawm (2002, p. 12), espera-se que ocorra com mais frequência a invenção das tradições quando:

uma transformação rápida da sociedade debilita ou destrói os padrões sociais para os quais as velhas tradições foram feitas, produzindo novos padrões com os quais essas tradições são incompatíveis; quando as velhas tradições, juntamente com seus promotores e divulgadores institucionais, dão mostra de haver perdido grande parte da capacidade de adaptação e da flexibilidade, ou quando são eliminadas de outras formas. Em suma, inventam-se novas tradições quando ocorrem transformações suficientemente amplas e rápidas tanto do lado da demanda quanto da oferta.

Se essa é a condição para que ocorra a invenção das tradições, creio que esse quadro está criado no seio do MST, pela presença concomitante naquele meio social de duas novas categorias de pensamento e de ação: a categoria gênero e a categoria ecologia. Se a concepção de maternidade naquele espaço ainda não aparece dentro de uma concepção moderna, onde as mulheres que desejarem ser mães possam dizer:

eu quero ser mãe, mas não quero me sacrificar pelas minhas crianças; eu quero ser mãe, mas não quero definir minha vida a partir disso; eu quero ser mãe, mas não quero ser responsável pelas atitudes das minhas crianças, numa relação de dependência de afetos e práticas; eu quero ser mãe, mas não quero que todo o meu tempo livre seja para essa relação maternal (cf. Plaza Pinto, 2004, p. 2),

a possibilidade de que isso venha a ocorrer possivelmente está em gestação.

Pode ser até que essa gestação esteja em um estágio até mais ou menos avançado, sendo que apenas estejamos com medo de vê-la, pois, em relação à reflexividade da modernidade, muitas combinações do moderno e do tradicional podem ser encontradas nos cenários sociais concretos (Giddens, 1991, p. 43-51). Nas culturas tradicionais, o passado é honrado e os símbolos valorizados porque contêm e perpetuam a experiência de gerações. A tradição é uma maneira de lidar com o tempo e o espaço, que insere qualquer atividade ou experiência particular dentro da continuidade do passado, presente e futuro, sendo estes por sua vez estruturados por práticas sociais recorrentes. Essa mistura pode estar sendo experienciada por nós, de forma tão sutil, desafiadora, atraente e amedrontadora, que apenas a poesia pode expressar os sentimentos dela resultantes. Talvez a retomada de um trecho da música já acima citada pode nos socorrer na tentativa de expressá-los:

Dentro de mim aparece às vezes / Uma mulher que me vive em segredo / Um ser estranho que até tenho medo / Que algum dia me expulse de mim. É mais doida que a própria ferida / É mais calada que o próprio silêncio / E tem a idade em que nada é proibido / Vive comigo dentro de mim. Corre para dentro de mim / Como se eu fosse uma espécie de abrigo / Fala comigo tal qual a um amigo / E me aconselha a fazer tudo aquilo que a coragem não deixa fazer. Quando eu não faço, ela faz / Quando eu não quero, ela é audaz / Quando se zanga, consegue o que quer (...)

Na modernidade não se sanciona uma prática porque ela é tradicional; a tradição pode ser justificada, mas apenas à luz do conhecimento. A reflexividade da vida social moderna consiste no fato de que as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz de informações renovadas sobre estas próprias práticas, alterando assim constitutivamente seu caráter. É somente na modernidade que a revisão da convenção é radicalizada para se aplicar (em princípio) a to-

dos os aspectos da vida humana, inclusive à intervenção tecnológica no mundo material.

Ao contrário do que parecia, a reflexividade na modernidade não trouxe uma sensação de certeza maior do que a que era propiciada pela tradição. Trouxe sim a sensação de que não podemos nunca estar seguros de que qualquer elemento dado de nosso conhecimento não será revisado. (Giddens, 1991, p. 43-51). Oxalá nos permitamos abrir mão de nossas falsas e antigas seguranças e revisar nossa concepção tradicional da maternidade à luz das novas contribuições trazidas pela categoria gênero e ecologia. Se assumirmos este desafio, mulheres e homens, estou certa, todos sairemos ganhando.

Bibliografia

- BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BARBIERI, Teresita de. *Sobre a categoria gênero – uma introdução teórico-metodológica*. Recife: SOS. Corpo, 1993.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. Trad. de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, 7a. ed.
- CHODOROW, Nancy. *The reproduction of mothering. Psychoanalysis and the sociology of gender*. University of California Press: Berkeley, 1978.
- ERICKSON, Victoria Lee. *Onde o silêncio fala: feminismo, teoria social e religião*. São Paulo: Paulinas, 1996.
- FERRAND, Michèle. *Relações sociais de sexo, maternidade e paternidade*. Trad. Soraya Tahrán, 1987, mimeografado.
- GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991, 2ª reimpressão.
- HIMMELWEIT, Susan F. Tradição e tradicionalismo. In: OUTHWAITE, William & Bottomore (ed.). *Dicionário do pensamento social do séc. XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.
- HOBBSAWM, Eric. A invenção das tradições. In: HOBBSAWM, Eric & RANGER, Terence (orgs.). *A invenção das tradições*. Trad. Celina Cardim Cavalcante. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, 3a. ed.
- LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1998, 5a. ed.
- LOPES, Margarete Edul Prado de Souza. *Breve reflexão sobre a representação da mãe num recorte da poesia brasileira*. In: www.inventario.ufba.br/01mlopes.html. Acesso em 27 mai. 2004.
- NEWMANN, Erich. *A grande mãe. Um estudo fenomenológico da constituição feminina do inconsciente*. Trad. Fernando P. Mattos e Maria Silvia M. Netto. São Paulo: Cultrix, 1974.
- PENSCHI, Ricardo Antonio. *A Mulher Essencial*. In: <http://www.espacoacademico.com.br/029rea.html>. Acesso em: 27 mai. 2004.
- PLAZA PINTO, Joana. *Reprodução deve ser opção e criação*. In: www.transasdocorpo.com.br/aborto2.html. Acesso em 27 mai. 2004
- RUBIN, Gayle. *O tráfego de mulheres: notas sobre a "economia política" do sexo*. Trad. Christine R. Dabat e outras. Recife: SOS. Corpo, 1993.
- SAFFIOTI, Heleieth. O estatuto teórico da violência de gênero, in: SANTOS, José Vicente Tavares dos (org.). *Violência em tempo de globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. Recife: SOS. Corpo, 1991.
- STEVENS, Cristina M. T. *No principio era a mãe. A maternidade na literatura inglesa*. In: www.mulheraliteratura.ufsc.br. Acesso em: 2 mai. 2004.